

POLÍTICA DE REDESENHO CURRICULAR EM MOVIMENTO NO ENSINO MÉDIO: CONTEXTUALIZAÇÃO E ESTADO DA QUESTÃO

Prof. Ms. Ricardo Inocêncio Pereira

pricardopereira@hotmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

Profa. Dra. Marcia Regina Selpa Heinzle

selpamarcia@gmail.com

Docente do PPGE da Universidade Regional de Blumenau - FURB

RESUMO: Com foco no Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído em 2009 pelo Ministério da Educação e ainda vigente após redefinições, este artigo parte de uma pesquisa realizada sobre essa política de redesenho curricular e suas recontextualizações, do macro ao microcontexto. O texto apresenta uma breve contextualização da política e o Estado da Questão (EQ), que traz um mapeamento de textos científicos sobre o ProEMI, publicados eletronicamente desde 2009, ano de seu lançamento, até 2016, incluindo teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados em eventos. Evidencia-se a relevância social e científica da pesquisa, e seu potencial para trazer acréscimos qualitativos ao campo da educação e suas políticas, especialmente ao atual debate em torno do currículo do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Estado da Questão. Programa Ensino Médio Inovador. Redesenho Curricular.

CURRICULUM REDESIGN POLICY ON THE MOVE IN SECONDARY EDUCATION: CONTEXTUALIZATION AND STATE OF THE ISSUE

ABSTRACT: Focusing on the Ensino Médio Inovador Program (Innovative High School Program - ProEMI), instituted in 2009 by the Ministry of Education and still operative after redefinitions, this article starts from a research on curriculum redesign and its recontextualizations from the macro to the micro context. It presents a brief contextualization of the policy and the State of the Issue (EI), which brings a mapping of scientific texts about ProEMI, published electronically from 2009, the year of its launch, until 2016, including thesis, dissertations, articles, and papers presented at events. There is evidence of the social and scientific relevance of the research, and its potential to bring qualitative additions to the field of education and its policies, especially to the current debate around the curriculum of Secondary Education.

KEYWORDS: state of the issue, Programa Ensino Médio Inovador, curriculum redesign.

1 INTRODUÇÃO

Buscando elucidar a relevância de uma pesquisa que realizamos (PEREIRA, 2017) sobre redesenho curricular no Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), iniciamos este texto com uma breve contextualização do Programa. Em seguida, apresentamos o Estado da Questão (EQ), no qual dialogamos com outros pesquisadores, cujos trabalhos aproximam-se do nosso quanto ao objeto, construindo um panorama das pesquisas na área e evidenciando as contribuições que nossa investigação pode trazer para o conhecimento científico. Finalizamos a seção, sinalizando o turbulento cenário de incertezas no qual se encontra o Ensino Médio (EM), nos dias atuais, após a aprovação de mais uma reforma curricular.

No que diz respeito ao currículo, destacamos duas reformas pelas quais passou o Ensino Médio (EM), desde a década de 1990, desencadeando uma busca pela reestruturação dessa etapa de ensino: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (DCNEM), apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE/CEB, 1998; 2012).

Lembramos que o período que antecede as atuais DCNEM (BRASIL, CNE/CEB, 2012) foi marcado por importantes transformações nas políticas educacionais. Em 2007, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas ações voltadas para o crescimento econômico abrangiam vários setores. No mesmo ano, alinhado a esse contexto político, o Ministério da Educação (MEC), através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), põe em curso algumas reformas que abrangiam todo o sistema educacional do país, visando à melhoria da qualidade.

A partir do PDE, que também ficou conhecido como “PAC da Educação”, foi lançado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007) – contendo vinte e oito diretrizes “visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica”. Desse contexto de reforma educacional, cujo espaço de produção das políticas é o MEC, faz parte o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído em 2009, inicialmente como experiência piloto. Sua proposta inicial foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que a examinou e emitiu um Parecer (BRASIL, CNE/CP, 2009), aprovando o mérito e a relevância da proposta, com algumas observações e recomendações.

A partir do Parecer, ainda em 2009, iniciam-se as ações do ProEMI, uma política de indução à inovação curricular que enfatiza a integração dos saberes, superando a sua fragmentação. A adesão ao Programa, através das suas Secretarias Estaduais de Educação, foi ampliada gradativamente. As escolas que aderem ao ProEMI passam a receber apoio técnico-financeiro do MEC para desenvolver suas atividades, mediante ampliação do tempo de permanência dos alunos em ambiente escolar, aliada a um redesenho curricular. De responsabilidade da escola, a elaboração dessa nova organização curricular segue a versão do Documento Orientador (BRASIL, MEC/SEB, 2009, 2011, 2013 e 2014) em vigência na época, visto que, como o Programa continua em vigor, o texto passou por algumas alterações ao longo dos anos.

Optamos pelo uso do termo “redesenho curricular”, por ser utilizado nos Documentos Orientadores do ProEMI mais recentes (BRASIL, MEC/SEB, 2013; 2014). Porém é importante destacarmos que o Parecer do CNE sobre a proposta inicial (BRASIL, CNE/CP, 2009) e o primeiro Documento Orientador (BRASIL, MEC/SEB, 2009) utilizam o termo “organização curricular” e que seria necessária uma “nova organização curricular” para o Programa. No segundo Documento Orientador (BRASIL, MEC/SEB, 2011), o termo é substituído por “reestruturação curricular”. Essa mudança na linguagem utilizada mostra que, quando algumas políticas são lançadas, ainda não estão totalmente formadas, exigindo adequações ao longo de sua atuação. São, então, reinventadas e reescritas conforme os objetivos do(s) governo(s) se alteram, ou mesmo por terem sido mal pensadas/escritas inicialmente (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016).

Em Santa Catarina (SC), a Rede Pública Estadual aderiu ao ProEMI em 2009, ano de seu lançamento, a partir de convênio entre a Secretaria de Estado da Educação (SED) e o MEC. As atividades iniciaram, em 18 escolas, no ano letivo de 2010. Atendendo às novas DCNEM e ao Programa Mais Educação, a partir de 2012, houve a ampliação e consolidação do ProEMI em escolas da rede, chegando, em 2014, a um total de 148 escolas e Centros de Educação Profissional (CEDUP) (SANTA CATARINA, SED/DIEB, 2014). Segundo dados obtidos na página do ProEMI no portal da SED¹, em 2016 havia 155 escolas de EMI participando do Programa em SC, com mais de 15.000 alunos atendidos. Desse total, duas escolas estão situadas na região de Rio do Sul (12.^a GERED), que juntas somam 102 alunos matriculados no ProEMI no referido ano.

¹ Disponível em <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/17003-ensino-medio-inovador>>.

2 ESTADO DA QUESTÃO

Para traçar o desenho da pesquisa já mencionada (PEREIRA, 2017), primeiramente exploramos o conceito de recontextualização, que perpassa toda a nossa proposta de investigação, dialogando especialmente com Lopes (2005), Mainardes e Stremel (2010), a partir de Bernstein (1996; 1998). Com base, principalmente, na compreensão de Mainardes (2006), trazemos o Ciclo de Políticas, proposto por Stephen Ball e seus colaboradores (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994), além da Teoria da Atuação das Políticas (*policy enactment*) apresentada por Ball, Maguire e Braun (2016).

A partir dessa base teórico-metodológica, delimitamos como objetivo da pesquisa compreender como a política de redesenho curricular do ProEMI é recontextualizada do macro ao microcontexto. Considerando o potencial dessa pesquisa para ampliar e contribuir para o debate em torno do tema e para o conhecimento científico da área de interesse, realizamos um estudo denominado Estado da Questão (EQ), para o qual rastreamos as publicações sobre “redesenho curricular do ProEMI e suas recontextualizações”.

A finalidade do “estado da questão” é levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004, p. 7).

Segundo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7-8), o EQ limita-se à construção do objeto de investigação, isto é, “a busca seletiva e crítica nas fontes de informação da produção científica restringe-se aos estudos e parâmetros próximos às especificidades do interesse do pesquisador”. Pode ainda contribuir para o planejamento do campo teórico-metodológico, para a identificação de categorias e nas discussões e análises dos dados (SILVEIRA; NÓBREGA-THERRIEN, 2011).

No levantamento bibliográfico realizado para este EQ, procuramos mapear diferentes textos científicos sobre o ProEMI, publicados eletronicamente desde 2009, ano de seu lançamento, até 2016, ano de realização da nossa pesquisa, incluindo teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados em eventos. Realizamos um primeiro levantamento em julho de 2015, que atualizamos em abril de 2017.

Iniciamos buscando por dissertações e teses nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-Ibict) e do Banco de Teses e

Dissertações da CAPES, considerando a disponibilidade de acesso à produção acadêmica da área de educação. Utilizando os descritores “redesenho curricular”, “ProEMI” e “Programa Ensino Médio Inovador”, estabelecemos, como critério principal da seleção, pesquisas que tivessem uma aproximação maior com nosso objetivo geral, a partir da leitura dos títulos e resumos. Confrontamos, então, o material encontrado, com a nossa proposta de investigação, buscando articulações, convergências e divergências, conforme sugerem Silveira; Nóbrega-Therrien (2011).

A primeira constatação, ao utilizar o descritor “redesenho curricular”, é que, no universo de 13 trabalhos encontrados (12 dissertações e 1 tese), todos investigaram o ProEMI, não sendo localizadas pesquisas sobre redesenho curricular que não envolvessem diretamente o referido Programa. A partir dessa constatação, deixamos de usar o descritor “redesenho curricular” nas buscas seguintes. Ao utilizar o descritor “ProEMI”, os resultados ampliam-se para 50 trabalhos (44 dissertações e 6 teses) e, ao substituir o descritor por “Programa Ensino Médio Inovador”, passamos a contar com 68 trabalhos no total (60 dissertações e 8 teses), como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Produções publicadas eletronicamente no período de 2009 a 2016

Ano de publicação	Teses	Dissertações	Artigos Científicos	Trabalhos apresentados em eventos			TOTAL
				ANPEd Nacional	ANPEd Sul	Outros	
2009 a 2012	-	-	-	-	-	-	-
2013	2	6	-	-	-	-	8
2014	-	15	4	-	3	-	22
2015	2	16	2	1	-	5	26
2016	4	23	10	-	3	4	44

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não foram localizados trabalhos publicados de 2009 a 2012, provavelmente pelo início ainda recente do ProEMI. Nos anos seguintes, os resultados do levantamento indicam um aumento gradativo no número de produções científicas sobre o tema. Nesse sentido, as mudanças curriculares promovidas pelo ProEMI e os impactos dessa política no cotidiano das escolas podem ter impulsionado esse maior interesse por pesquisas sobre o EM.

A partir da leitura dos resumos, selecionamos 10 dissertações (Quadro 1), cujas pesquisas tratam especificamente do redesenho curricular do ProEMI, sob diferentes aspectos e com diferentes ênfases e que, por sua aproximação com a temática em questão, contribuem para nossa proposta de pesquisa.

Quadro 1 – Pesquisas correlatas (dissertações)

Pesquisador	Título da Pesquisa	Universidade
ALCANTARA (2015)	A implementação e a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador em três escolas da Rede Estadual de Ensino de Manaus	UFJF
ANTÔNIO (2016)	O Ensino Médio Inovador nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: adaptações à política nacional e possibilidades à formação integral	Unisul
CORREIA (2014)	Programa ensino médio inovador: a recontextualização curricular do ensino de ciências da natureza e matemática	UFMT
FERREIRA (2015)	Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná	UFPR
JAKIMIUI (2014)	Políticas de reestruturação curricular no ensino médio: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador	UFPR
MACHADO (2016)	Redesenhando o currículo do ensino médio: O caso do ProEMI na escola Educandário Oliveira Brito	UEFS
OLIVEIRA (2015)	O currículo em movimento: o (re)desenho e a inserção do Programa Ensino Médio Inovador em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Norte	UERN
PICOLI (2016)	Programa Ensino Médio Inovador: um estudo sobre a política de flexibilização curricular	UEM
RODRIGUES (2015)	Qualidade em educação no Ensino Médio Inovador: o entendimento dos professores e dos autores sob a ótica da contextualização de Stephen Ball	UERN
SOUZA (2015)	Um olhar sobre a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em duas escolas públicas da 26ª Gerência de Educação: uma análise	UnC

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa de Souza (2015), objetiva identificar as contribuições e contradições do ProEMI nas escolas públicas de Educação Básica da 26.^a GERED, de Canoinhas – SC. Realizada em um Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, destaca as concepções que os profissionais e educandos de duas escolas apresentam diante das ações desenvolvidas no Programa, por meio da aplicação de questionário. Antes disso, o estudo explora os conceitos, a historicidade e a reestruturação do EM no Brasil. Das pesquisas selecionadas, é a que apresenta menor aproximação com nosso objeto, apesar de também analisar os textos da política e como ela é percebida no microcontexto, que abrange a realidade de escolas da Rede Estadual de SC. No entanto, contribui com reflexões para o delineamento de nossa pesquisa, pois, diferentemente, seu foco não está no redesenho curricular, mas no ProEMI como um todo.

Outro trabalho que merece ser mencionado é o de Rodrigues (2015), embora o foco não seja o redesenho curricular. Nele, o pesquisador investiga como os professores apropriam-se das orientações oficiais do ProEMI quanto à pretensão de educação de qualidade, considerando o movimento de apropriação no contexto da prática como tradução/recontextualização de políticas. Nesse sentido, a aplicação de um questionário fechado aplicado aos professores e o não envolvimento de outros atores sociais da escola, como gestores e estudantes, são fatores que parecem limitar a análise das recontextualizações da política no microcontexto.

As demais dissertações selecionadas trazem pesquisas que se aproximam desta, por seu foco no redesenho curricular do ProEMI, como a de Oliveira (2015). Nela, o redesenho curricular do ProEMI é concebido enquanto currículo em movimento, com desdobramentos para a escola e a Formação das Juventudes. Com aporte teórico oferecido pela pedagogia crítica, faz uso de entrevista coletiva com educandos, entrevista individualizada com educadores, observação do planejamento escolar e análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Projeto Redesenho Curricular (PRC) da escola. O argumento defendido é que, para que os conhecimentos escolares se tornem mais significativos ao EM, o redesenho curricular necessita integrar os saberes das juventudes.

A pesquisa de Antônio (2016) problematiza as adaptações do ProEMI nos textos oficiais das Redes Estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande Sul, assim como no redesenho curricular de uma escola localizada em Florianópolis e de outra situada em Porto Alegre. Os currículos inovadores das duas escolas são analisados quanto à integração curricular e à capacidade de realizar a formação integral. O estudo, que também conta com entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e Coordenação Geral do Ensino Médio da SEB/MEC e das Secretarias Estaduais de Educação, aponta cenários distintos entre os dois estados e limites quanto à formação integral e a integração curricular propostas pelo Programa. Mesmo não abordando o conceito de recontextualização, por apresentar base teórica distinta da nossa, compreendemos que as adaptações analisadas por Antônio (2016) são parte das recontextualizações da política do macro aos microcontextos.

Por sua vez, a dissertação de Correia (2014) traz uma pesquisa com aproximação significativa ao nosso objeto de pesquisa, pois procura estabelecer relação entre o que é

proposto nas orientações oficiais, no Projeto Político Pedagógico e na prática pedagógica, sob as perspectivas dos profissionais que atuam na escola. Nesse ponto, no entanto, limita-se ao ensino de Ciências da Natureza e Matemática. Os resultados sugerem que o currículo ainda apresenta características tradicionais, sem perspectivas de mudanças efetivas.

Dois outros trabalhos (FERREIRA, 2015; JAKIMIU, 2014a) são provenientes da Universidade Federal do Paraná que, no Curso de Pós-Graduação em Educação, em sua linha de pesquisa de Políticas Educacionais, mantém o grupo de pesquisa “Observatório do Ensino Médio”, coordenado pela Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva.

A pesquisa de Ferreira (2015) está centrada no suporte financeiro do ProEMI, concedido pelo Ministério da Educação aos estabelecimentos de ensino que aderiram ao Programa. Por meio de entrevistas com estudantes e profissionais de duas escolas do Estado do Paraná, procura verificar se tal suporte foi suficiente para a indução da mudança curricular almejada. O trabalho conclui que o envolvimento da comunidade escolar nas discussões e no acompanhamento do ProEMI foram minimizados pela influência da Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), e a participação dos estudantes nas discussões e decisões são incipientes. Além disso, demonstra que o suporte financeiro do Programa é insuficiente, mas imprescindível para a indução da mudança curricular e de práticas diferenciadas.

Jakimiu (2014a), em seu estudo, objetiva investigar o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e seus possíveis desdobramentos, com relação à possibilidade de produzir novos contornos e delineamentos curriculares no Ensino Médio. A preocupação maior desta pesquisa é com as proposições trazidas pelos documentos orientadores do ProEMI e os indicativos de inovação verificados no Projeto de Redesenho Curricular de uma escola estadual. Os resultados apontam para fragilidades e potencialidades do Programa, mas também para potenciais mudanças no currículo do EM, direcionadas a uma organização do conhecimento escolar menos fragmentada.

De modo semelhante, Picoli (2016) apresenta uma pesquisa documental e bibliográfica, porém sem um olhar direcionado para o microcontexto. Nesse estudo, a proposta de rearticulação curricular do ProEMI é investigada por meio da análise dos documentos nacionais e internacionais sobre flexibilização curricular, assim como das relações entre a reforma proposta e os contextos econômico, político e social. Sua

contribuição consiste na ampla análise dos textos oficiais, revelando que a proposta corresponde ao novo modelo produtivo, denominado de acumulação flexível, cujas mudanças requeridas, como uma nova formação do trabalhador e cidadão, são disseminadas em documentos de políticas internacionais. Não desconsidera, no entanto, a presença de contradições e disputas no processo de construção e efetivação da proposta.

A pesquisa de Alcântara (2015) traz uma análise do ProEMI, por meio da qual objetiva compreender como se deu o processo de implementação e operacionalização dessa política em três escolas da Rede Estadual de Ensino de Amazonas. Para isso, estuda documentos oficiais do ProEMI para, posteriormente, analisar entrevistas e questionários realizados com gestores escolares e professores, assim como o redesenho curricular da escola. A principal constatação da pesquisa, a partir dos resultados, é que há pouca compreensão do Programa pelos atores escolares, que não conseguem inovar no trabalho pedagógico. Como se trata de um mestrado profissional, propõe um Plano de Ação Educacional para as escolas que executam o ProEMI.

Por meio de um estudo de caso etnográfico, Machado (2016) pretende compreender como uma escola da Bahia tem recontextualizado a proposta de ProEMI quanto à reforma curricular e como esta incide nas práticas, na organização da cultura e do currículo, bem como no acesso e permanência dos jovens na escola. Partindo de análise documental e observação participante, percebe que os processos de recontextualização do ProEMI ocorrem de maneiras híbridas, com tradução e ressignificação do modelo norte-americano de *high school* e que há um engessamento da proposta, pelo modelo de atividade pedagógica denominado oficina. O estudo revela a carência nos processos de formação docente, a importância do protagonismo juvenil e do engajamento dos sujeitos nas mudanças escolares.

Dentre todas as dissertações que selecionamos neste EQ, consideramos que as duas últimas trazem pesquisas (ALCÂNTARA, 2015; MACHADO, 2016) com maiores aproximações com nossa proposta de investigação. Ambas se voltam para a análise dos documentos oficiais do ProEMI, entendido enquanto política curricular, bem como das mudanças desencadeadas no currículo e nas práticas escolares, considerando os pontos de vista dos atores sociais da escola. Entre outros aspectos, no entanto, essas pesquisas divergem de nossa proposta, principalmente pelas opções metodológicas: enquanto Alcântara (2015) prioriza o questionário como instrumento de coleta de dados de três

escolas, Machado (2016) realiza entrevistas com gestores e professores de uma única escola, assim como nós. Todavia, realiza uma maior inserção no cotidiano dos atores sociais, por meio da observação-participante das oficinas do ProEMI, com registro em diário de campo.

É importante destacarmos que, embora com abordagens teóricas variadas, se analisarmos essas pesquisas a partir dos contextos do Ciclo de Políticas e das recontextualizações por que passam as políticas educacionais, a maioria delas (ALCÂNTARA, 2015; ANTÔNIO, 2016; CORREIA, 2014; JAKIMIU, 2014a; MACHADO, 2016; OLIVEIRA, 2015; RODRIGUES, 2015; SOUZA, 2015) trata dos textos da política e das recontextualizações que ocorrem do macro ao microcontexto, com foco no contexto da prática. Diferentemente, a pesquisa documental e bibliográfica de Picoli (2016) volta-se diretamente para os contextos de influência e da produção de texto no macrocontexto, sendo a única que não trata do microcontexto, e a de Ferreira (2015) prioriza a análise do contexto da prática, apesar de tratar também, em menor medida, dos demais contextos.

Em se tratando de artigos científicos publicados em revistas sobre o tema, recentemente, a partir de um estudo bibliométrico, Bernardo, Farinha e Silva (2016) identificaram 5 publicações nos bancos de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando o descritor “Ensino Médio Inovador”. O estudo, limitado aos anos de 2011 a 2015, indica a carência de informações sobre o assunto e a existência de espaço para pesquisas com diferentes objetivos sobre essa política educacional.

Diante desse resultado, nós também realizamos buscas por artigos publicados eletronicamente e de acesso livre, utilizando os descritores “Programa Ensino Médio Inovador” e “ProEMI”, no Portal de Periódicos CAPES/MEC, na SciELO, no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e no Google Acadêmico. Neste último, consideramos somente os resultados com os descritores no título, dada a extensão dos resultados. Encontramos um total de 16 artigos científicos (ver Tabela 1), dentre os quais 8 tratam mais especificamente do ProEMI como indutor de mudanças curriculares no Ensino Médio. Desses, destacamos 3 com aproximação, tanto com o objetivo quanto com a base teórica utilizada em nossa pesquisa.

O artigo de Santos (2016), fundamentado no Ciclo de Políticas e na Teoria da Atuação, objetiva compreender como o ProEMI foi colocado em ação pelos docentes em duas escolas públicas, procurando entender os motivos que levaram a diferenças entre os contextos. Já o trabalho de Silva (2016), a partir do conceito de recontextualização e da Abordagem do Ciclo de Políticas, analisa o ProEMI como política de indução a mudanças curriculares, produzindo um panorama das experiências curriculares que resultaram dessa indução. Silva e Jakimiu (2016) também utilizam a Abordagem do Ciclo de Políticas para analisar a produção dos textos de referência do ProEMI.

Além dessas buscas, procuramos por trabalhos publicados nos anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), realizadas entre 2010 e 2015 nos Grupos de Trabalho GT05 – Estado e Política Educacional e GT02 - Currículo. Definimos esses dois GTs para a busca, porque, embora haja um GT destinado à Educação Fundamental (GT13) e outro com foco na Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT07), não há GT específico para o Ensino Médio. Nessa tentativa, não localizamos nenhum trabalho com foco no ProEMI. Então, numa busca mais minuciosa em outros GTs, encontramos um único artigo sobre o tema, publicado nos anais da 37.^a Reunião Nacional da ANPED (2015), em seu GT11 - Política de Educação Superior. Porém, o texto não tem relação com nossa pesquisa, pois não trata diretamente do redesenho curricular, mas da orientação e preparação para o Ensino Superior. Inferimos dessa busca que, apesar de o ProEMI tratar-se de uma política educacional e curricular, a lacuna sobre a temática tem relação com a ausência do GT sobre Ensino Médio, que poderia atrair mais trabalhos.

A partir dessa constatação, fomos em busca de trabalhos apresentados e publicados em anais dos eventos regionais da ANPED e descobrimos que a ANPED Sul é a única que destina um espaço específico para o Ensino Médio, o Eixo² 2. Nesse eixo, localizamos um total de 6 trabalhos sobre o ProEMI publicados nos anais das Reuniões Científica da ANPED Sul (ver Tabela 1). Desses, somente dois (ISLEB, 2016; JAKIMU, 2014b) apresentam alguma aproximação com nossa proposta de pesquisa. Enquanto Jakimiu (2014b) investiga em que medida o ProEMI é potente para a configuração de novos contornos curriculares no EM, Isleb (2016) descreve o contexto histórico que

² Diferentemente das ANPED Nacional e das demais regionais, a ANPED Sul organiza-se em torno de eixos temáticos, e não GTs, desde 2014.

antecedeu e que marcou a criação do Programa. Em ambos os casos, o foco está na produção dos textos da política no macrocontexto.

Também buscamos no Google Acadêmico, com os mesmos descritores utilizados na busca por artigos científicos, por trabalhos em língua portuguesa sobre o tema, apresentados em outros eventos. Identificamos um total de 9 trabalhos (ver Tabela 1), mas somente dois deles apresentam uma pequena aproximação com nossa pesquisa, por tratar do redesenho curricular. O trabalho de Silva *et al* (2016) apresentado na VI Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, realizada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), considera o ProEMI como um programa que visa ao trabalho interdisciplinar como projeto científico importante para o aprendizado no EM. O trabalho de Antônio (2015), por sua vez, é pautado na análise do PRC de uma escola estadual de Santa Catarina, objetivando compreender as aproximações e distanciamentos entre o ProEMI e as DCNEM que apontam para a formação integral.

Em face deste EQ, percebemos que, mesmo havendo aproximações consideráveis com o objetivo geral de nossa pesquisa (PEREIRA, 2017), isto é, compreender como a política de redesenho curricular do ProEMI é recontextualizada do macro ao microcontexto, ainda há poucos trabalhos publicados sobre o ProEMI. Os dados chamam a atenção, principalmente se levarmos em conta a importância do Programa no contexto histórico da educação brasileira, bem como a abrangência da política e sua relação com as diversidades regionais, em meio à flexibilização possibilitada por ela, tanto às redes Estaduais quanto às próprias escolas.

Destacamos que os resultados de todas as pesquisas analisadas apresentam evidências de significativas variações da política educacional, em diferentes contextos regionais e que, aquelas com maior aproximação com nossa intenção de investigação foram realizadas em outros estados da federação. Por isso, argumentamos a necessidade de pesquisar as recontextualizações do redesenho curricular no ProEMI também em nível estadual, visto que, das duas pesquisas que envolvem a Rede Estadual de SC, a de Souza (2015) não trata especificamente do redesenho curricular e a de Antônio (2016) investiga uma escola das capitais de SC e RS, cujas realidades podem divergir de forma significativa daquelas encontradas no interior dos estados.

Dentre os estudos que mapeamos e apresentamos aqui, podemos inferir que temáticas mais aproximadas à nossa proposta de investigação são encontradas em

dissertações, possivelmente porque muitos mestrandos também atuam na Educação Básica e se interessam em compreender as mudanças curriculares proporcionadas pelo ProEMI, que os afetam mais diretamente. No entanto, dada a importância dessa política e o cenário de incertezas no qual se encontra o EM (ver Seção 3), a quantidade de pesquisas ainda é pequena, permanecendo muitos aspectos do Programa que podem ser exploradas pelos pesquisadores.

Assim, consideramos oportuna e relevante a realização de uma análise do ProEMI, enquanto política de redesenho curricular, articulando os contextos do Ciclo de Políticas, isto é, olhando para o contexto de influência e de produção dos textos oficiais para, então, analisar a atuação da política no contexto da prática.

A base teórico-metodológica foi importante para a compreensão de como a política de redesenho curricular do ProEMI é recontextualizada do macro ao microcontexto, ou seja, desde o Governo Federal, passando pela SED e a GERED, até chegar à prática dos profissionais de uma escola da Rede Estadual de SC. A Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006) também trouxe contribuições para a definição do quadro teórico-metodológico, que permitiu chegar aos resultados e comunicá-los no texto final. Nesse sentido, além da análise de textos das políticas oficiais, a análise do Projeto de Atividades Integradoras da escola e de entrevistas realizadas com os profissionais foram procedimentos importantes para alcançar os objetivos da pesquisa.

Com base nos argumentos apresentados, acreditamos que nossa pesquisa possa trazer contribuições para os estudos sobre a temática, enriquecendo-os com novos dados, descobertas e outros olhares sobre a política curricular analisada.

3 UM NOVO CENÁRIO DE INCERTEZAS PARA O ENSINO MÉDIO

O direito ao ensino secundário no Brasil vem passando por mudanças importantes, desde a aprovação da Lei 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A partir dessa lei, a inclusão do Ensino Médio como etapa final da Educação Básica colocou-o em um patamar mais elevado que o antigo 2º grau, dando os passos iniciais para a sua universalização. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12.796 (BRASIL, 2013), que torna a Educação Básica obrigatória até os 17 anos, deu-se mais um passo importante na garantia desse direito. Entretanto, apesar desses esforços

de expansão, ainda há uma elevada desigualdade educacional no Brasil, principalmente no que se refere à aprendizagem e à permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola.

O levantamento das Metas 1 e 4 do movimento Todos pela Educação³ (2017), realizado com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), aponta como ponto crítico a taxa de crescimento no percentual de atendimento de 15 a 17 anos: de 78,8% em 2005 para 82,6% em 2015. Isso significa que 1.543.713 jovens da faixa etária correspondente ao Ensino Médio ainda estavam fora da escola em 2015. Ao olhar para a taxa de conclusão da Educação Básica até os 19 anos, apesar de ter havido um aumento de 17,1% de 2005 a 2015, ficou em apenas 58,5%. No caso de Santa Catarina, essa taxa passou de 62,7% em 2005, para 67,7% em 2015.

Quanto a questão da equidade, houve avanços. A taxa de conclusão aos 19 anos ocorreu mais entre os pretos (20,6%) e os pardos (21,6%) do que entre os brancos (14,1%). Entre os que possuem renda mais baixa, a mesma taxa aumentou 23,7% e 4,6% entre os mais ricos. Na área rural, avançou 24,2%, enquanto na área urbana, 15%.

Olhando especificamente para Santa Catarina, a taxa de abandono no Ensino Médio, em 2015, equivale à da Região Sul, ou seja, 7,4%, enquanto a média no Brasil foi de 6,8%. Podemos constatar, também, um total de 46.570 jovens de 15 a 17 anos fora da escola em SC, havendo 84,7% jovens com atendimento escolar; enquanto em 2005 havia 53.446 jovens fora da escola e 82,7% com atendimento escolar, representando um aumento de 2,1% nesse atendimento. No mesmo período, na Região Sul, a taxa de atendimento no EM aumentou 5,4%, isto é, de 78,2% para 83,6%, números próximos à média nacional, que foi de 78,8% para 84,3%, o que equivale a um aumento de 5,5%.

Apesar de alguns avanços, os dados ainda evidenciam números expressivos, no que se refere à exclusão de jovens no EM, mesmo após ter se tornado obrigatório. Em pesquisa que analisou os dados de fluxo escolar em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal, Isleb (2014) mostra que algumas problemáticas, como o acesso, a permanência,

³ Fundado em 2006, o movimento Todos pela Educação (TPE) definiu 5 Metas para que até 2022, ano do bicentenário da independência do país, o Brasil garanta a todas as crianças e jovens o direito à Educação de qualidade. O levantamento citado é resultado do monitoramento das Metas 1 e 4: 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 4. Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017).

a conclusão dos estudos e o desempenho escolar dos estudantes na etapa final da Educação Básica ainda se encontram distantes de uma solução.

Vale ressaltar, ainda, o atual contexto de reforma educacional no qual se encontra o Ensino Médio brasileiro, cujo debate tem ganhado espaço na mídia e gerado grande repercussão na sociedade. Entre as razões para a nova reforma, o MEC apresenta, na Exposição de Motivos n.º 00084/2016/MEC (BRASIL, 2016a) dados preocupantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o MEC, o desempenho do Ensino Médio no SAEB, de 1995 a 2015, apresentou uma diminuição de 5,3% em matemática e 8% em língua portuguesa. Já o seu IDEB não apresenta aumento desde 2011, estagnado em 3,7, bem distante da meta esperada para 2021, que é 5,2. Na mesma Exposição de Motivos, o MEC argumenta que esses índices são “reflexo de um modelo prejudicial”, como se houvesse um único modelo de EM em vigência. Além disso, refere-se a “uma série de medidas” adotadas nos últimos 20 anos, sem fazer referência ou valorizar nenhuma especificamente, ignorando a existência de políticas anteriores ou em curso, como o ProEMI.

Assim, por meio de Medida Provisória (MP), o governo de Michel Temer instituiu uma reforma no Ensino Médio (BRASIL, 2016b), que passou a ter força de lei após publicação no Diário Oficial da União. Desde sua apresentação, a MP foi alvo de críticas⁴, manifestadas através da publicação de notas, por entidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANDPED), o Movimento pelo Ensino Médio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (CENPEC), o Ministério Público Federal, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Fórum Nacional de Educação, a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), entre outras.

Além dessas reações, a MP motivou, segundo Amaral (2016), a ocupação de várias escolas em todo o país, por estudantes contrários a ela. Enquanto o Ministro da Educação, Mendonça Filho e o Presidente Michel Temer defendem a reforma, por meio da MP, alegando que já foi discutida por mais de 20 anos, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que a medida é inconstitucional, alegando que “a

⁴ Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/notas-de-entidades-sobre-medida-provisoria-mp-do-ensino-medio>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

discussão sobre a reforma curricular é complexa e precisa de participação democrática, não podendo ser feita de forma abrupta”. Enquanto isso, especialistas dizem que reforma educacional não pode ser feita “na caneta”, considerando as mudanças precoces e insuficientes para uma melhora significativa no Ensino Médio.

Em meio a essas tensões, a MP é aprovada em tempo hábil pelo Congresso Nacional e convertida na Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017). De acordo com Torres (2017), “a reforma muda radicalmente a cara do ensino médio”, ao prever a segmentação de disciplinas, com uma base curricular comum e obrigatória (60% das disciplinas) e uma parte optativa (40%), flexível e adaptável à realidade de cada região. A base curricular é a forma escolhida para dar unidade ao EM no país e o restante do currículo será composto por cinco “itinerários formativos”⁵, de escolha do estudante, dos quais as escolas terão que ofertar ao menos um.

A reforma também ampliou a carga horária do EM de 800 horas anuais para, no mínimo 1.000, até o ano de 2022, mas prevê a possibilidade de ampliação para 1.400 horas. Na opinião do Senador Pedro Chaves (PSC-MS), o EM será mais eficiente e atraente para o aluno, mas poderá demandar mais recursos, tanto do poder público como na rede privada, o que considera investimento na transformação do país (TORRES, 2017).

Por outro lado, Torres (2017) traz diferentes críticas à proposta, a exemplo do Sindicatos dos Professores (Sinpro) de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, e da Central Única de trabalhadores. Além dessas entidades representativas, Torres (2017) destacou a visão de Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Cara considera a reforma um retrocesso. Um dos motivos seria a inclusão do ensino profissionalizante entre os itinerários formativos que, segundo ele, “vai empurrar os jovens com menor renda para carreiras de subemprego, enquanto os mais ricos poderão focar os estudos nas áreas que desejam”. Receando a desconstrução dos avanços registrados durante os governos Lula e Dilma, Cara mostra-se pessimista e descrente em resultados imediatos, afirmando que “o país precisa investir na infraestrutura das escolas, melhorar os salários dos professores e criar uma ‘nova pedagogia’, mais próxima da realidade dos alunos” (TORRES, 2017).

⁵ Linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

Para nós, a nova reforma é ainda incipiente para fazermos uma análise comparativa com o ProEMI, o que também extrapolaria os objetivos desta pesquisa. Além disso, propõe uma abertura e uma flexibilidade que poderá levar a diversas configurações, dependendo das recontextualizações regionais e em cada rede específica, bem como dos interesses daqueles que têm o poder de decisão.

A partir do exposto neste artigo, consideramos a relevância social e científica da pesquisa desenvolvida (PEREIRA, 2017) com foco nas recontextualizações da política de redesenho curricular do ProEMI. Pretendemos contribuir para o campo da educação e suas políticas, especialmente para o atual debate em torno do currículo do EM, fase conclusiva da educação básica que deve assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme preconiza a LDB (BRASIL, 1996).

Esperamos, assim, trazer acréscimos qualitativos, no que se refere a avanços e limitações na atuação do redesenho curricular impulsionado pelo ProEMI. Além disso, o EQ aqui apresentado traz subsídios que podem ser úteis para futuras pesquisas sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, H. da S. **A implementação e a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador em três escolas da Rede Estadual de Ensino de Manaus.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2015.
- AMARAL, L. **Temer diz que 'valeu a pena' instituir reforma no ensino médio por MP.** G1, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-diz-que-valeu-a-pena-instituir-reforma-no-ensino-medio-por-mp.ghtml>>. Acesso em: 28 dez. 2016.
- ANTÔNIO, C. O Programa Ensino Médio Inovador e as Diretrizes Curriculares Nacionais: aproximações e distanciamentos em uma escola de Santa Catarina. IN: Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas, V, 2015, Francisco Beltrão: **Grupo de Pesquisa Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas (RETLEE)**, 2015.
- ANTÔNIO, C. **O Ensino Médio Inovador nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul:** adaptações à política nacional e possibilidades à formação integral.

2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BERNARDO, L. V. M.; FARINHA, M. J. U. S.; SILVA, L. F. da. Estudo bibliométrico sobre publicações nacionais referentes ao programa ensino médio inovador. **REVISTA INTERSABERES**, v. 11, n. 24, p. 638-645, 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1075/627>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BERNSTEIN, B. **A Estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, B. **Pedagogía, control simbólico e identidad**. Madrid: Morata, 1998.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. CNE/CEB. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília: 31 jan. 2012.

BRASIL. CNE/CEB. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília: 05 ago. 1998.

BRASIL. CNE/CP. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Parecer n. 11, de 30 de junho de 2009. Relator: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial da União**, Brasília: 25 ago. 2009.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2007.

BRASIL. **Exposição de Motivos n.º 00084/2016/MEC**, de 15 de setembro de 2016a. Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf>. Acesso em: 29 de dezembro de 2016.

BRASIL. Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
Diário Oficial da União, Brasília, 5 abr. 2013.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador - Documento Orientador**. Brasília: 2009.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador - Documento Orientador**. Brasília: 2011.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador - Documento Orientador**. Brasília: 2013.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador - Documento Orientador**. Brasília: 2014.

BRASIL. Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: 23 set. 2016b.

CORREIA, W. R. **Programa ensino médio inovador: a recontextualização curricular do ensino de ciências da natureza e matemática**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2014.

FERREIRA, S. R. **Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ISLEB, V. O contexto histórico e o processo de criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). IN: Reunião Científica Regional da ANPED, XI, 2016, Curitiba. **Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**. Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_VIVIAN-ISLEB_2.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

ISLEB, V. **O programa Ensino Médio Inovador e sua relação com os dados de fluxo escolar**. 2014, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

JAKIMIU, V. C. de L. **Políticas de reestruturação curricular no ensino médio: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador**. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014a.

JAKIMIU, V. C. de L.. O programa ensino médio inovador enquanto programa de indução ao redesenho curricular: pontos e contrapontos. IN: Reunião Científica Regional da ANPED, X, 2014, Florianópolis: **A pesquisa em educação na Região Sul: percursos e tendências**. Florianópolis, 2014b. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/126-0.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

LOPES, A. C. Política de Currículo: Recontextualização e Híbridismo. **Currículo sem fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, 2005.

MACHADO, A. K. M. N.. **Redesenhando o currículo do ensino médio: o caso do ProEMI na escola Educandário Oliveira Brito - Euclides da Cunha/BA**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/ago. 2010.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: Processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J.. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 5-16, 2004.

OLIVEIRA, F. L. B. **O currículo em movimento: o (re) desenho e a inserção do Programa Ensino Médio Inovador em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Norte**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Mossoró, 2015.

PEREIRA, R. I.. **Redesenho curricular no Programa Ensino Médio Inovador: recontextualizações da política**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.

PICOLI, E. S. A. **Programa Ensino Médio Inovador**: um estudo sobre a política de flexibilização curricular. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2016.

RODRIGUES, É. R. C.. **Qualidade em educação no Ensino Médio Inovador**: o entendimento dos professores e dos autores sob a ótica da contextualização de Stephen Ball. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Educação, Mossoró, 2015.

SANTA CATARINA. SED/DIEB. **ORIENTAÇÕES**: Organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual, para os anos letivos 2015/2016. Florianópolis: nov. 2014. p.21-27.

SANTOS, J. M. C. T.. Promulgação de políticas na escola: considerações a partir da Teoria de Atuação e do Ciclo de Políticas. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 271-282, jul./set. 2016. Disponível em:
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26768/17038>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, D. D. de L. O., *et al.* O ProEMI no Ensino Médio como construção do trabalho interdisciplinar na Escola Estadual Dr. José Fernandes de Melo (2015/2016). IN: Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, VI, 2016. **Currículos, práticas e saberes**: contextos contemporâneos. Anais VI SETEP, Pau dos Ferros: Realize, 2016. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/TRABALHO_EV068_MD1_SA7_ID283_13112016120044.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, M. R. da. O Programa Ensino Médio Inovador como política de indução a mudanças curriculares: da proposta enunciada a experiências relatadas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 91-110, abr./jun. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n2/en_1982-6621-edur-32-02-00091.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, M. R. da; JAKIMIU, V. C. de L.. Do texto ao contexto: o Programa Ensino Médio Inovador em movimento. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 910-938, out./dez. 2016. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n93/1809-4465-ensaio-24-93-0910.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVEIRA, C. S.; NÓBREGA-TERRIEN, S. M. Estudos sobre pesquisa e formação de professores da Educação Básica: a elaboração do Estado da Questão. **Revista Educação em Questão**, v. 41, n. 27, 2011.

SOUZA, J. P. de. **Um olhar sobre a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em duas escolas públicas da 26ª Gerência de Educação**: uma análise. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Brasil ainda tem 2,5 milhões de crianças e jovens fora da escola, a maioria entre 15 e 17 anos. Disponível em:

<<https://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/41690/brasil-ainda-tem-25-milhoes-de-criancas-e-jovens-fora-da-escola-a-maioria-entre-15-e-17-anos/>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

TORRES, T. R. Reforma promete ensino médio mais atraente. **Jornal do Senado**, Brasília, 21 fev. 2017. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528195/Cidadania_21_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

Recebido em: 01/06/2017

Aceito em: 07/11/2017